

OPINA Rio

Artigos de opinião sobre
desenvolvimento do Estado do Rio
de Janeiro

Organização:

Bruno Leonardo Barth Sobral

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ / REDE SIRIUS / NPROTEC

O61 OpinaRio7.[recursoeletrônico]:artigosdeopinião sobre desenvolvimento do Estado doRio de Janeiro/Organização: BrunoLeonardo Bath Sobral ; edição executiva: BrunoLeonardoBarthSobral, BrunoMirandaNeves ; composição, designediagramação: JoãoPedro Nascimento. – Rio de Janeiro : Rede Pró-Rio, 2025.
1recursoonline(29p.): ePub. – (coletânea de textos referência sobre desenvolvimentono Estadodo Rio de Janeiro).

ISBN 978-85-60724-49-9

1. Administração pública—Rio de Janeiro (Estado) I. Sobral, BrunoLeonardoBath.
II. Neves, BrunoMiranda. III. Nascimento, JoãoPedro. III. Série.

CDU351

Bibliotecário: Raphael Vilas Boas CRB-7/7446

REDE DE ESTUDOS EM PLANEJAMENTO E POLÍTICA PÚBLICA REGIONAL ORIENTADA AO RIO DE JANEIRO – REDE PRÓ-RIO

Conselho Editorial

Alberto Dias Mendes, ProDEd-TS/UERJ

Alexis Toribio Dantas, FCE/UERJ

André Martins Costa Aranha, Gazetinha da Guanabara

Ângela Dias Mendes, ProDEd-TS/UERJ

Ângela Moulin Simões Penalva Santos, FCE/UERJ

Bruno Cabral Muniz Freire, PPGE/IE/UFRJ

Bruno Leonardo Barth Sobral, FCE/UERJ

Bruno Miranda Neves, ProDEd-TS/UERJ

Carlos Alberto Pereira de Oliveira, IFHT/UERJ

Daniel Negreiros Conceição, IPPUR/UFRJ

Elias Marco Khalil Jabbour, FCE/UERJ e IPP-RJ

Joilson de Assis Cabral, UFRRJ

Gaudêncio Frigotto, ProDEd-TS/UERJ

Gloria Maria Moraes da Costa, Faculdade Presbiteriana
Mackenzie Rio

Carlos Antônio Brandão, IPPUR/UFRJ

Israel Sanches Marcellino, UFRRJ

Leandro Galheigo Damaceno, SEPLAG-RJ

Livaldo Teixeira da Silva, ProDEd-TS/UERJ

Marcelo Barbosa da Silva, IBEP

Marcelo Pereira Fernandes, UFRRJ

Marcelo Ubal, UTEC

Marcos Thimoteo Dominguez, Fiocruz

Maria Clara Vieira Paiva, PPGE/IE/UFRJ

Marina Monteiro Machado, FCE/UERJ

Mauro Melo Labre, FCE/UERJ

Melody Garcia, UTEC

Nathalie Assunção, UTEC

Renato dos Santos Veloso, FSS e CCS/UERJ

Ricardo Marinho, CEDAE

Roberto Dória, UERJ

Roberto Amaral Vieira, IBEP

Paulo Jager, Dieese

Waldeck Carneiro, UFF e Fórum Estadual de Educação do
Rio de Janeiro

**REDE DE ESTUDOS EM PLANEJAMENTO E
POLÍTICA PÚBLICA REGIONAL ORIENTADA AO RIO
DE JANEIRO – REDE PRÓ-RIO**

EDIÇÃO EXECUTIVA

Bruno Leonardo Barth Sobral
Bruno Miranda Neves

COMPOSIÇÃO, DESIGN E DIAGRAMAÇÃO

João Pedro Nascimento

RIO DE JANEIRO
Dezembro de 2025

SUMÁRIO

A DIVERSIDADE DE CONHECIMENTO COMO CHAVE
PARA O FUTURO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.....5

SISTEMAS DE INFORMAÇÃO NA GESTÃO DE RECURSOS
HUMANOS EM SAÚDE DA SECRETARIA DE ESTADO DE
SAÚDE DO RIO DE JANEIRO.....10

REGIONALIZAÇÃO, CIR E CIS: A EXPERIÊNCIA DA REGIÃO
METROPOLITANA I DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, DE
2009 A 2022.....14

POR UMA NOVA REGIONALIZAÇÃO: O TERRITÓRIO
COMO HORIZONTE ESTRATÉGICO PARA O
DESENVOLVIMENTO FLUMINENSE.....18

A FORMAÇÃO DE TRABALHADORES TÉCNICOS NO
TERRITÓRIO FLUMINENSE E O ENFRENTAMENTO DA
CRISE ECOLÓGICA: IMPRESSÕES INICIAIS.....23

A DIVERSIDADE DE CONHECIMENTO COMO CHAVE PARA O FUTURO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Bianca Vasconcellos

Pós-Doutorado - (Desigualdades espaciais) CPDA/UFRRJ

Doutora em Políticas Públicas, Estratégia e Desenvolvimento - PPED/UFRJ

Mestre em Desenvolvimento e Políticas Públicas - PPGDT/UFRRJ

Ciências Econômicas -UFRRJ

Renata Lébre La Rovere

Professora Titular no Instituto de Economia da UFRJ, Brasil

Quando pensamos sobre o desenvolvimento do estado do Rio de Janeiro, quase sempre recorremos a indicadores tradicionais: PIB, taxas de crescimento, VAB da indústria, exportações. Esses números são, sem dúvida, relevantes. Mas há um aspecto menos tangível e, ao mesmo tempo, decisivo para compreender a economia fluminense: as bases de conhecimento que sustentam a estrutura produtiva.

O artigo “Diversidade das Bases de conhecimento das mesorregiões do estado do Rio De Janeiro: uma nova perspectiva na Compreensão da Estrutura produtiva”, publicado na revista Cadernos do Desenvolvimento Fluminense, propõe uma nova leitura sobre essa questão, analisando a diversidade de conhecimento presente nas mesorregiões do estado entre 2006 e 2019. Em vez de focar apenas nos setores produtivos, o trabalho investiga os tipos de conhecimento mobilizados no território. A tipologia empregada classifica o conhecimento em três categorias: analítico, associado à ciência, pesquisa e desenvolvimento; sintético, ligado ao aprendizado prático, à experiência e ao know-how técnico; e simbólico, ancorado na cultura, nas artes, no design e nas identidades regionais.

Esse olhar desloca a atenção do que se produz para como se produz. Em particular, investigar os conhecimentos utilizados na base industrial de uma região permite compreender a sua trajetória de desenvolvimento. Consequentemente, a capacidade de articular e ampliar a diversidade de conhecimentos de uma região permite que esta diversifique sua produção. Um exemplo ajuda a compreender esse ponto: imagine uma região que apresenta vantagem relativa ocupacional em técnicos eletrônicos de manutenção industrial voltados, por exemplo, à indústria automotiva. O conhecimento desses técnicos, que é parte da base sintética, não se restringe ao setor de origem. Pelo contrário, ele pode ser mobilizado para atrair e sustentar outras indústrias que dependem de competências semelhantes, como a indústria de eletrodomésticos, de equipamentos hospitalares, de telecomunicações ou mesmo de energia renovável. Nesse sentido, a análise das bases de conhecimento de uma região permite estabelecer estratégias para romper com o lock-in produtivo, ou seja, a dependência desta região a determinados setores, e abrir novas possibilidades de diversificação econômica a partir de saberes já existentes no território.

O trabalho mostrou que, no período analisado, quase todas as mesorregiões do Rio de Janeiro perderam diversidade ocupacional em alguma das bases de conhecimento. A Região Metropolitana, como esperado, apresentou a maior diversidade, especialmente nas bases analítica e simbólica. No entanto, registrou perdas significativas na base sintética, aquela mais vinculada à indústria de transformação. Esse dado dialoga diretamente com a conhecida crise industrial fluminense, em que setores tradicionais da manufatura perderam espaço e não foram substituídos por novas indústrias capazes de gerar empregos de qualidade.

O Sul Fluminense, ancorado na siderurgia e na indústria automotiva, destacou-se pela forte concentração na base sintética. O mesmo ocorreu no Norte Fluminense, especializado na cadeia do petróleo. Ambas as regiões, portanto, revelam uma dependência acentuada de setores específicos, incorrendo em riscos diante das transformações tecnológicas e ambientais globais. A redução da diversidade do conhecimento destas regiões sugere que esses territórios podem enfrentar dificuldades para se adaptar a novas trajetórias produtivas caso continuem excessivamente dependentes de suas atividades predominantes.

Já regiões como o Centro Fluminense e o Noroeste se mostram estruturalmente frágeis. Com menor diversidade de conhecimento, essas regiões carecem de estratégias de políticas públicas que possibilitem saltos de desenvolvimento afim de gerar bases de conhecimento. Sua estrutura ainda é fortemente dependente da agricultura, de indústrias de alimentos e de atividades pouco articuladas às novas dinâmicas da inovação.

Por fim, um caso curioso é o das Baixadas Litorâneas. Essa região apresentou crescimento expressivo na base sintética em meados da década de 2010, possivelmente ligado à expansão do setor petrolífero, mas posteriormente registrou perdas. Trata-se de um exemplo de como certas oportunidades, quando não acompanhadas de políticas adequadas, podem gerar ganhos temporários sem consolidar transformações estruturais.

O ponto central da pesquisa é a demonstração de que a diversidade de conhecimento é um ativo estratégico para o desenvolvimento regional. Regiões que conseguem combinar diferentes bases — analítica, sintética e simbólica — são mais capazes de inovar, resistir a choques externos e criar caminhos produtivos.

Isso ocorre porque a interação entre distintos tipos de saberes amplia o leque de possibilidades. A base analítica, ao aproximar ciência e pesquisa, favorece inovações radicais. A sintética, com sua ênfase em know-how técnico, sustenta melhorias incrementais e ganhos de produtividade. Já a simbólica, frequentemente negligenciada, pode ser fonte de diferenciação cultural, de design e de identidade territorial.

No caso do Rio de Janeiro, essa conclusão é particularmente relevante. Trata-se de um estado marcado por contrastes: ao mesmo tempo em que abriga setores de ponta, como a indústria petrolífera, a produção audiovisual e universidades de referência, convive com desindustrialização, desigualdades regionais e baixa diversificação produtiva em várias áreas.

As implicações desse diagnóstico são profundas para a formulação de políticas públicas. Por muito tempo, os debates sobre desenvolvimento regional no Rio de Janeiro oscilaram entre duas abordagens: de um lado, a aposta nas “vantagens comparativas naturais” de cada território; de outro, o foco em setores considerados de alta tecnologia. Ambas têm limitações. A primeira tende a cristalizar trajetórias, reforçando a dependência das regiões a setores já estabelecidos. A segunda ignora as especificidades locais.

A abordagem baseada em bases de conhecimento permite superar esse dilema. Ela mostra que o essencial não é escolher entre agricultura, indústria ou serviços, mas construir ambientes capazes de articular diferentes saberes. Em termos práticos, isso significa investir simultaneamente em: educação e pesquisa científica, para fortalecer a base analítica; formação técnica e tecnológica, para consolidar a base sintética; e indústrias criativas e culturais, para valorizar a base simbólica. Além disso, é fundamental desenvolver políticas de conexão entre essas dimensões, estimulando interações entre universidades, empresas, comunidades e governos locais.

O estudo também levanta uma questão urgente: como preparar o estado do Rio de Janeiro para um futuro no qual a importância de setores extrativos e industriais tradicionais está sendo relativizada devido ao atual contexto de transição energética? A dependência do petróleo verificada na região Norte Fluminense e a importância da siderurgia, indústria fortemente poluente, para a região Sul, podem vir a se tornar problemas para estas regiões no futuro.

Nesse contexto, apostar apenas na manutenção de setores existentes é insuficiente. O que realmente importa é ampliar a diversidade de bases de conhecimento e direcionar o conhecimento existente a outros setores produtivos, criando assim condições para que novas trajetórias de desenvolvimento regional possam emergir. Isso inclui desde a economia digital e a biotecnologia até as indústrias criativas e de saúde.

É preciso olhar para o tecido de saberes que sustenta a produção regional e perguntar: quais conhecimentos temos, quais estamos perdendo e quais precisamos estimular? O futuro do estado dependerá da capacidade de suas regiões de não apenas preservar, mas também combinar e reinventar suas bases de conhecimento. Se a diversidade for compreendida como ativo estratégico, o estado terá mais chances de construir novos caminhos para o desenvolvimento.

SISTEMAS DE INFORMAÇÃO NA GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS EM SAÚDE DA SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO RIO DE JANEIRO

Marilene Ribeiro da Silva

<https://orcid.org/0000-0002-0821-2484>

Secretaria de Estado de Saúde (SES/RJ), Rio de Janeiro, Brasil

Mario Roberto Dal Poz

<https://orcid.org/0000-0002-3005-3280>

Instituto de Medicina Social Hésio Cordeiro/Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IMS/UERJ), Rio de Janeiro, Brasil

O estudo analisou os sistemas de informação de recursos humanos em saúde da Secretaria de Estado de Saúde do Rio de Janeiro (SES/RJ), com o objetivo de descrever o cenário existente na coleta de dados sobre sua força de trabalho e verificar evidências de fragmentação de dados e gerenciamentos de informações prejudicados.

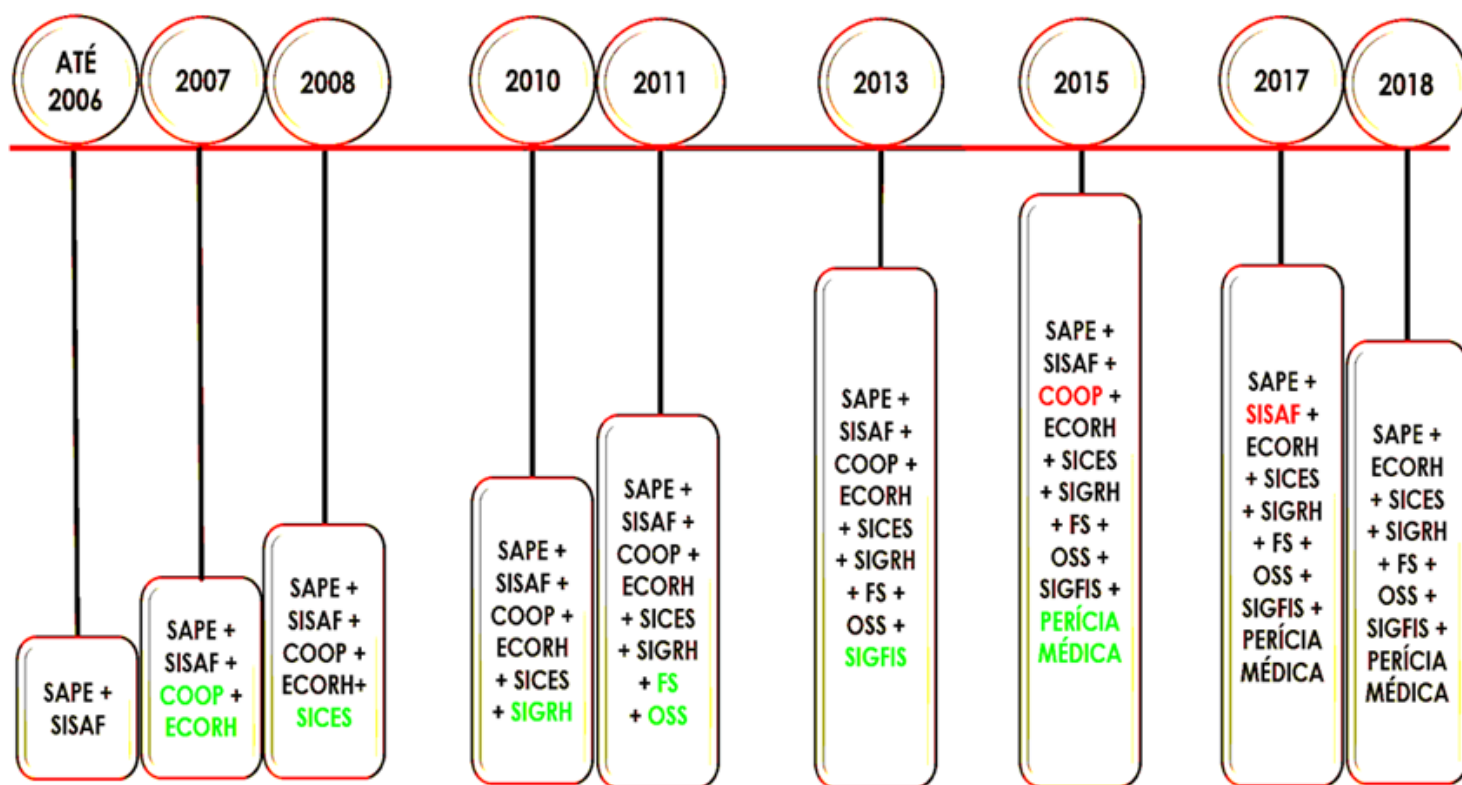
A literatura analisada demonstrou a importância de se utilizar ferramentas que gerenciem dados e forneçam informações capazes de facilitar o planejamento e traçar metas com embasamento em evidências. Nesse contexto, a utilização de sistemas de recursos humanos com informações integradas tem o potencial de facilitar o planejamento da força de trabalho e subsidiar a tomada de decisão da organização (Tursunbayeva et al., 2017), itens essenciais na gestão de pessoas, principalmente em um cenário de carência de profissionais de saúde.

Assim, a pactuação de um conjunto de dados que possibilitem a integração entre sistemas é pauta de estudos, sendo relevante salientar que a existência de sistemas paralelos, além de representar duplicação de esforços, constitui-se um desperdício financeiro e de recursos humanos (Amâncio Filho, 2009; Pereira et al., 2015).

Nesse sentido, o estudo demonstrou que a SES/RJ utiliza diversos sistemas para gerenciar os dados sobre a força de trabalho pela gestão da SES/RJ como parâmetro para análise da composição da força de trabalho, sua distribuição na Rede de Assistência da Secretaria, assim como, dentre outros aspectos, para verificação da rotatividade e da carência de pessoal existente, pois, com a adoção de novos modelos de gestão ocorrida a partir de 2011, deu-se início a entrada de novos sistemas de informação como forma de gerenciar os dados sobre a força de trabalho atuante na SES/RJ, somados às ferramentas até então utilizadas pela Secretaria.

A figura 1 apresenta a evolução do uso desses instrumentos na gestão dos dados sobre a força de trabalho da SES/RJ. Os sistemas que se encontram em preto referem-se a instrumentos já consolidados; em verde, novas ferramentas adotadas para o controle dos dados; e, em vermelho, o último ano de utilização daquele instrumento.

Figura 1 – Evolução do uso de ferramentas na gestão de recursos humanos da SES/RJ



Fonte: Relatório de Gestão da Superintendência de Recursos Humanos/SES 2019.

A pesquisa revelou que as informações sobre a força de trabalho encontram-se fragmentadas, resultado da utilização de diversos sistemas de gestão de dados que carecem da necessária interoperabilidade. Os dados dos profissionais das unidades não supervisionadas diretamente pela SES/RJ são encaminhados por meio de planilhas eletrônicas para compilação, cujo resultado também é gerado em formato de planilha, o que pode ocasionar retrabalho e aumentar a probabilidade de erros.

O estudo apontou, ainda, alguns aspectos que podem auxiliar a SES/RJ a otimizar a eficiência e os resultados da gestão de seus recursos humanos, incluindo:

- Desenvolver uma política de investimento em tecnologia que favoreça uma gestão mais eficaz dos recursos humanos, seja através do aprimoramento dos sistemas existentes ou pela criação de uma ferramenta que possibilite a interoperabilidade entre eles.
- Implementar um sistema que forneça informações precisas e integradas, visando aprimorar a prestação de serviços de saúde e o planejamento estratégico de recursos humanos.
- Considerar a implantação dessa ferramenta em nível estadual para a coleta de dados em resposta a grandes eventos.

A ausência de uma ferramenta que integre as informações dificulta a qualidade do produto utilizado para subsidiar a tomada de decisão dos gestores da SES/RJ. Portanto, é importante desenvolver uma política de investimento em tecnologia para uma gestão mais eficaz dos recursos humanos, seja por meio do aprimoramento dos sistemas existentes ou da criação de uma ferramenta que permita a interoperabilidade desses sistemas, pois um sistema com informações precisas e integradas pode ser usado para o planejamento estratégico de recursos humanos, influenciando, conseqüentemente, a prestação dos serviços de saúde.

Palavras-chave: Força de trabalho em saúde; Gestão de recursos humanos; Sistemas de informação; Interoperabilidade de registro eletrônico de saúde; Integração de sistemas de recursos humanos.

REGIONALIZAÇÃO, COMISSÃO INTERGESTORES REGIONAL (CIR) E CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE (CIS): A EXPERIÊNCIA DA REGIÃO METROPOLITANA I DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, DE 2009 A 2022.

Patricia Vanda dos santos Rocha

Secretária Executiva CIR M1 – SES/RJ

Márcia Silveira Ney

Professora Adjunta no Instituto de Medicina Social Hésio Cordeiro (IMS/UERJ)

No ano de 2009, a Secretaria de Estado de Saúde do Rio de Janeiro (SES/RJ) instituía o processo de regionalização através da realização de oficinas regionais para reconhecimento das regiões de saúde. Por meio do Decreto nº 7.508/2011, o Colegiado de Gestão Regional (CGR) é substituído pela Comissão Intergestores Regional (CIR), que é a instância de negociação intergovernamental responsável por pactuar a organização e funcionamento das ações e serviços de saúde no âmbito regional. O estado do Rio de Janeiro possui 92 municípios e nove regiões de saúde. A região Metropolitana I é composta por 12 municípios: Belford Roxo, Duque de Caxias, Itaguaí, Japeri, Magé, Mesquita, Nova Iguaçu, Nilópolis, Queimados, Rio de Janeiro, São João de Meriti e Seropédica. A região de saúde Metropolitana I possui um Consórcio Intermunicipal de Saúde, o Consórcio Intermunicipal de Saúde da Baixada Fluminense (CISBAF). Sua criação ocorreu no ano de 2000. O consórcio representa 11 municípios da Baixada Fluminense, que também fazem parte da região de saúde Metropolitana I junto com o município do Rio de Janeiro.

O consórcio surgiu como instrumento na organização regional das políticas de saúde, a partir da NOB/96 e demais documentos ministeriais, prevista na Lei nº 8.080/1990, no artigo 10º. Apesar de a legislação prever o consorciamento entre municípios, a partir da década de 1990, algumas regiões do país realizaram a formação de consórcios intermunicipais de saúde. Com a coordenação do processo de regionalização, desde 2009 a Secretaria de Estado de Saúde do Rio de Janeiro não realizou diálogos com o consórcio intermunicipal da Baixada Fluminense (CISBAF), no sentido de se apropriar da discussão sobre os municípios da região, propostas e projetos em vigência.

O trabalho tem como objetivo descrever as relações da Comissão Intergestores Regional (CIR) da Região de Saúde Metropolitana I do estado do Rio de Janeiro e o Consórcio Intermunicipal da Baixada Fluminense (CISBAF), de 2009 a 2022.

A pesquisa consistiu em uma pesquisa descritiva, com abordagem qualitativa, baseada em levantamento bibliográfico e documental sobre regionalização, Consórcio Intermunicipal de Saúde, Comissão Intergestores Regional e Secretária de Estado de Saúde. O estudo foi realizado utilizando como recorte temporal o período compreendido entre os anos de 2009 até 2022.

Desde 2013, por meio da discussão do Plano Regional 2013-2016, a região Metropolitana I chama atenção para necessidade de discutir os dois espaços de gestão, muito em função da não presença dos gestores na CIR M1. Lima et al. (2020, p. 34) apontam em seu estudo uma “relação frágil” entre consórcio e CIR Metropolitana I, na qual o CISBAF se sobrepõe à comissão com espaço de decisão dos gestores municipais da saúde. Fato levantado no estudo é a existência do consórcio como instância regional antes do CGR, atual CIR.

Com o passar do tempo, as relações foram sendo estreitadas e como forma de dirimir os conflitos, a secretaria executiva começou a participar das reuniões com os gestores no consórcio. Entende-se que a participação não obteve resultados satisfatórios, pois havia uma confusão nos papéis do CGR e Consórcio por parte dos gestores. A Representação do nível central da SES/RJ e da Secretaria Executiva da CIR Metro I, buscaram estratégias de inclusão do consórcio nas discussões da Comissão. O conhecimento e amadurecimento do papel do Consórcio Intermunicipal de Saúde foi dando espaço à participação do CISBAF nas atividades no âmbito da CIR, como a discussão no Planejamento Regional. A participação do CISBAF nas reuniões da CIR iniciou no ano de 2014. Nos anos de 2020 e 2021, observa-se uma participação bem expressiva do consórcio e com pautas para pactuação de serviços regionais sob sua gestão. A Plenária CIR entende que ambos são espaços distintos, mas complementares no que diz respeito ao enfrentamento das necessidades da região. Albuquerque et al. (2018) atentam para que a cooperação e a coordenação regional do SUS estão para além do plano intergovernamental e da composição da CIR. No ano de 2023, por meio da Deliberação CIB/RJ nº 7.974, ocorreu a atualização do Regimento Interno das CIR, em que os Consórcios possuem direito a voz, mas sem direito a pactuação, a deliberar. A atualização vem como forma de integrar esses atores nas discussões regionais no âmbito da SES.

O estudo enfatizou a importância que todas as estruturas da SES estejam alinhadas com a proposta da regionalização onde a CIR, como a governança regional, seja priorizada como fomentadora e disparadora de discussões referente aos processos e propostas no âmbito da SES/RJ assim como a inclusão do consórcio em suas discussões.

Palavras-chave: Regionalização. Comissão Intergestores Regional. Consórcio Intermunicipal de Saúde da Baixada Fluminense. Região de Saúde Metropolitana I. Estado do Rio de Janeiro.

POR UMA NOVA REGIONALIZAÇÃO: O TERRITÓRIO COMO HORIZONTE ESTRATÉGICO PARA O DESENVOLVIMENTO FLUMINENSE

Marcos Thimoteo Domínguez

Analista de Gestão da Fiocruz/Pesquisador do Laboratório de Estudos Urbanos e Regionais da Universidade Federal do ABC (Lepur/UFABC)

Leandro Galheigo Damaceno

Especialista em Política Públicas e Gestão Governamental/Assessor-chefe da Subsecretaria de Planejamento Estratégico da Seplag-RJ/

Nos últimos anos, o Estado do Rio de Janeiro (ERJ) tem se tornado símbolo das contradições que marcam o federalismo brasileiro: de um lado, a pressão por austeridade fiscal e cumprimento de metas financeiras; de outro, a urgência de reconstruir um projeto de desenvolvimento capaz de reduzir desigualdades territoriais, fortalecer economias locais e restituir à política pública sua dimensão estratégica. A experiência recente de elaboração do Plano Estratégico de Desenvolvimento Econômico e Social (PEDES) busca estabelecer uma inflexão nesse debate, recolocando o planejamento territorial como eixo estruturante de um novo ciclo para o desenvolvimento regional.

Desde a adesão ao Regime de Recuperação Fiscal, em 2017, o ERJ tem operado sob severas restrições orçamentárias. Essa condição levou o governo a priorizar a gestão financeira em detrimento do planejamento de longo prazo. No entanto, o novo Plano de Recuperação Fiscal de 2022 e, sobretudo, a emenda à constituição estadual nº 92/2022, que instituiu a obrigatoriedade do PEDES, abriram espaço para repensar o papel do planejamento em meio à crise fiscal. Trata-se de um movimento que tenta reconciliar duas dimensões historicamente dissociadas: o ajuste fiscal e o desenvolvimento regional.

O PEDES, em vigor até 2031, é um marco porque busca articular o equilíbrio das contas públicas com uma visão integrada de desenvolvimento sustentável de longo prazo. O plano parte da premissa de que não há saída fiscal sem reconfiguração produtiva — e, por conseguinte, sem uma nova regionalização do estado que reconheça as especificidades econômicas e sociais de cada território fluminense. Nesse sentido, o planejamento territorial emerge não apenas como ferramenta técnica, mas como prática política de reconstrução do pacto federativo estadual.

O território como centro do planejamento

O debate sobre uma nova regionalização é, antes de tudo, um debate sobre o papel do Estado. A regionalização vigente no Rio de Janeiro remonta à década de 1980 e já não dialoga com as dinâmicas contemporâneas de urbanização e reestruturação produtiva. Para subsidiar essa discussão, a Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (Seplag) realizou o estudo de centralidades regionais, em que propõe uma leitura mais complexa do território: não apenas como divisão político-administrativa, mas como regionalidades formadas por redes de interações socioeconômicas, fluxos populacionais e complementaridades funcionais e produtivas entre municípios e regiões.

Essa nova abordagem adota o Planejamento Territorial como campo político institucional, segundo o qual o conhecimento sobre o território deve ser construído a partir da articulação entre dados, participação social e governança colaborativa. Em vez de impor modelos de cima para baixo, trata-se de reconhecer o território como instância política central, portadora de potências e especificidades.

Essa virada socioespacial representa um avanço em relação à tradição do “território projetado”, que reduz a complexidade dos lugares a parâmetros técnico-financeiros.

O planejamento territorial também oferece um contraponto à financeirização das políticas públicas, que vem transformando o planejamento público em instrumento de antecipação de receitas e privatização de rendas futuras. No caso fluminense, a concessão privada dos serviços de saneamento é um bom exemplo: embora tenha garantido liquidez imediata ao Estado, consolidou a lógica de gestão do território como ativo financeiro, esvaziando a discussão sobre regionalização dos serviços públicos urbanos.

O PEDES, nesse sentido, busca romper com essa racionalidade ao propor o planejamento territorial como espaço de negociação e articulação, e não apenas de projeção tecnocrática do futuro. Ao deslocar o foco do “espaço projetado” para o território real, o plano abre caminho para políticas mais aderentes às realidades locais e menos subordinadas aos imperativos da financeirização do orçamento e da gestão pública.

As novas centralidades e os vetores de reconfiguração produtiva

Os estudos de regionalização fluminense realizados pela SEPLAG indicam que, para além da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ), o estado possui regiões que poderiam contribuir de fato para um desenvolvimento regional efetivo e integrado. Regiões como o Norte Fluminense, o Médio Paraíba e as Baixadas Litorâneas emergem como novos vetores (nem tão novos assim) de reestruturação produtiva e social.

No Norte Fluminense, a tríade Macaé–Rio das Ostras–Campos dos Goytacazes forma um sistema entre centralidades regionais impulsionado pela cadeia de petróleo e gás, mas que enfrenta o desafio de diversificar sua base produtiva e superar a dependência de recursos cujos preços são altamente voláteis. Na região do Médio Paraíba, a centralidade industrial de Volta Redonda, articulada historicamente ao município de Barra Mansa, por meio da formação de um arranjo população denso, vive um processo de transição pós-siderúrgica, que exige políticas de inovação e reconversão produtiva. Já nas Baixadas Litorâneas, o dinamismo do setor de serviços e do turismo se combina com pressões sobre infraestrutura e ecossistemas costeiros, evidenciando a necessidade de planejamento ambiental e regional integrado.

Essas dinâmicas demonstram que o desenvolvimento regional fluminense não pode ser entendido como soma de municípios isolados, mas como sistema de centralidades interdependentes, que permitem análises multiescalares e orientam políticas públicas adaptadas às especificidades locais/regionais. A partir da regionalização com base em novas centralidades torna-se viável buscar novos caminhos para políticas e projetos no campo do saneamento, habitação, mobilidade, educação e meio ambiente.

Assim, planejar em tempos de austeridade é um ato político, pois significa resgatar o papel do Estado como coordenador de processos territoriais e mediador de conflitos, e não apenas como gestor financeiro. Ao propor uma nova regionalização, o Rio de Janeiro reconhece que o desenvolvimento não é um subproduto do ajuste fiscal, mas o seu próprio caminho de superação.

Há, contudo, desafios estruturais. O primeiro é de ordem institucional: transformar o planejamento em política de Estado e não de governo, garantindo continuidade administrativa e orçamentária. O segundo é epistemológico: fazer do território não apenas objeto de intervenção, mas espaço de conhecimento, com participação efetiva das municípios e atores locais. O terceiro é político: enfrentar a hegemonia da racionalidade financeira que subordina o planejamento ao curto prazo e às métricas de rentabilidade.

Assim, a regionalização proposta pelo PEDES não deve ser lida como mera reorganização cartográfica, mas como projeto político de reconstrução do Estado fluminense. Ao reconhecer novas centralidades e valorizar a diversidade territorial, o Rio de Janeiro reencontra uma tradição de planejamento que enxerga o desenvolvimento como processo social e histórico.

Palavras-chave: regionalização, planejamento territorial; desenvolvimento regional; Estado do Rio de Janeiro; PEDES.

A FORMAÇÃO DE TRABALHADORES TÉCNICOS NO TERRITÓRIO FLUMINENSE E O ENFRENTAMENTO DA CRISE ECOLÓGICA: IMPRESSÕES INICIAIS

Páulea Zaquin

Páulea Zaquini Monteiro Lima. Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Economia da Universidade Federal Fluminense. Tecnologista em Saúde Pública na Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/Fundação Oswaldo Cruz.

Fernanda Costa

Fernanda Cosme da Costa. Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Pedagoga no Instituto Federal do Rio de Janeiro.

Aspectos gerais

Se por um lado é imprescindível que se mantenha o fomento à reorganização produtiva e ao desenvolvimento de inovação tecnológica com vistas à redução do impacto da produção social sobre o sistema terrestre, *pari passu*, é também fundamental que sejam estruturados processos de formação humana com vistas ao mesmo objetivo. Nesse contexto, a oferta de cursos técnicos no estado do Rio de Janeiro deve ser avaliada, e se necessário reorganizada, considerando a sua importância para o enfrentamento dos desafios da atualidade relacionados à crise ecológica. E é neste cenário que são apresentados neste texto dados sobre a formação de trabalhadores técnicos de nível médio no estado, em especial informações que indicam, em período recente, o panorama das matrículas no território fluminense em cursos selecionados como prioritários para o enfrentamento da crise ecológica.

A intenção é que as análises publicizadas contribuam para a reestruturação da oferta de cursos de educação profissional no estado a luz das demandas de mudança estrutural necessárias.

A formação de trabalhadores técnicos no estado do Rio de Janeiro

A oferta de cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio (EPTNM) além de ter entre os seus objetivos a formação integral do estudante em articulação com a formação desenvolvida no Ensino Médio (Brasil, 2021. Art. 6º. Inciso I), apresenta, entre seus princípios, a “articulação com o desenvolvimento socioeconômico-ambiental dos territórios onde os cursos ocorrem” (Brasil, 2021. Art. 6º. Inciso IX), e o “reconhecimento das diversidades das formas de produção, dos processos de trabalho e das culturas a eles subjacentes, as quais estabelecem novos paradigmas” (Brasil, 2021. Art. 6º. Inciso XII). Nesse contexto, a oferta desses cursos deve estar atenta, para além do atendimento imediato dos setores produtivos já instituídos, a processos de transformação social imprescindíveis para o desenvolvimento dos territórios. Desenvolvimento esse fundamentado em processos coletivos de bem viver. Assim, pensar a organização da oferta de cursos de EPTNM exige audácia dos gestores públicos e da comunidade escolar considerando, sobretudo neste momento, um dos grandes desafios humanitários da atualidade que é a crise ecológica instituída. Nesse contexto apresentamos aqui informações sobre o registro de matrículas no estado do Rio de Janeiro em cursos técnicos estratégicos para o enfrentamento da referida crise.

Os dados analisados são oriundos das bases de dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), e aqui são apresentadas informações sobre as habilitações profissionais que registraram matrículas no período 2019-2023 no estado considerando, sobretudo, o papel estratégico dessas habilitações profissionais para o enfrentamento da crise ecológica.

Como ponto de corte da amostra do estudo, foram analisados os registros de matrículas apenas das habilitações profissionais que apresentaram ao menos uma atividade relacionada à preservação dos ecossistemas naturais ou à proteção ambiental em sua descrição no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos do Ministério da Educação.

Resultados e Discussão

Os dados analisados referentes ao Censo Escolar dos anos de 2019 a 2023 disponibilizados pelo Inep possibilitaram a identificação da inexistência ou dos baixos registros de matrículas em cursos técnicos selecionados como estratégicos para o enfrentamento da crise ecológica. Como exemplo, não foram registradas, no período 2019-2023, matrículas no estado do Rio de Janeiro nos cursos técnicos em Apicultura, Aquicultura, Desenvolvimento Comunitário, Florestas, Fruticultura, Pesca, Recursos Pesqueiros, Reciclagem e Zootecnia.

Para o mesmo período, poucas matrículas foram registradas anualmente nos cursos técnicos em Agente Comunitário de Saúde, Agricultura, Agroecologia, Agroindústria, Meteorologia, Saneamento e Sistemas de Energia Renovável. Sendo esses registros de matrículas, em muitos dos casos, advindos de um único estabelecimento de ensino. Ou seja, sem capilaridade da oferta no estado.

Em termos absolutos foram registradas, no ano de 2023, 15 matrículas no curso técnico em Agricultura, 37 matrículas no curso técnico em Saneamento, 46 matrículas no curso técnico em Agente Comunitário de Saúde, 55 matrículas no curso de Agroindústria e 79 no curso técnico em Meteorologia. Os cursos técnicos em Agroecologia e Sistemas de Energia Renovável computaram, respectivamente, 217 e 241 matrículas no ano de 2023.

Os registros de matrículas foram um pouco mais significativos nos cursos técnicos em Agropecuária, Controle Ambiental e Meio Ambiente. No ano de 2023 eles computaram, respectivamente, 843, 405 e 1691 matrículas. Mesmo assim com capilaridade insuficiente da oferta desses cursos pelo território fluminense.

Os cursos técnicos em Hidrologia e Vigilância em Saúde, além de registrarem baixíssimos registros de matrículas, esses registros ocorreram de forma não contínua no período. Não sendo registradas matrículas nas duas habilitações profissionais nos anos de 2021, 2022 e 2023. Já o curso técnico em Defesa Civil registrou matrículas apenas nos anos de 2022 e 2023, e em apenas um estabelecimento de ensino em cada ano. Sendo computadas duas matrículas no ano de 2022 e dezesseis matrículas no ano de 2023.

Não obstante, a título de comparação, enquanto no estado foram registradas 877.449 (oitocentas e setenta e sete mil, quatrocentas e quarenta e nove) matrículas em cursos de formação técnica no quinquênio 2019-2023, para o mesmo período, nas formações técnicas selecionadas, foram registradas 19.123 (dezenove mil cento e vinte e três matrículas). Ou seja, menos de 3% das matrículas registradas no território fluminense em cursos de formação técnica no quinquênio 2019-2023 ocorreram em cursos que apresentaram ao menos uma atividade relacionada à preservação dos ecossistemas naturais ou à proteção ambiental

Conclusões

Considerando a complexidade da crise ecológica e a sua relação com os diferentes setores da vida social, avaliar a oferta de cursos técnicos no estado do Rio de Janeiro a luz dessa articulação torna o processo avaliativo muito mais complexo do que a apresentação ora feita. Sobretudo porque questões relacionadas à saúde ambiental ou à crise ecológica devem fazer parte do currículo de todos os processos formativos, independentemente da área ou do nível acadêmico. Garantindo que questões relativas ao uso racional dos materiais, ou à ocupação de ecossistemas naturais sejam tratadas como fundantes dos processos formativos. É preciso que em todos os currículos estejam contemplados aspectos relacionados ao esgotamento dos recursos naturais, tanto pela extinção, quanto pela impossibilidade de utilização desses recursos devido aos processos de contaminação.

Como registro final informamos que análises mais abrangentes sobre as matrículas computadas por habilitação selecionada e por ano, a forma de oferta das habilitações (Integrada, Concomitante ou Subsequente ao Ensino Médio), as redes ofertantes e o número de municípios que registraram matrículas nos cursos técnicos selecionados pelas regiões imediatas podem ser verificados no estudo “A Educação Profissional Técnica de Nível Médio no território fluminense e o enfrentamento da crise ecológica” publicado no Boletim do Observatório Ambiental Alberto Ribeiro Lamego, vol. 19, n 1, 2025.

Palavras-chave: crise ecológica; formação profissional técnica; desenvolvimento produtivo; mudança estrutural; estado do Rio de Janeiro.

Leia também:



Opina Rio 5



Opina Rio 6



**Cadernos do Desenvolvimento
Fluminense
Nº28**